

A Fé Imersa no Conflito Político: o Testemunho Pastoral do Arcebispo de San Salvador*

As velhas e abstratas distinções acadêmicas entre fé e política vão sendo cada vez menos úteis para resolver problemas concretos. Certamente muito mais importante é saber ler nas práticas pastorais de igrejas locais as respostas que vão sendo dadas em função de cada situação precisa e diante de fatos sempre novos, em transformação e imprevisíveis.

Nesse sentido a experiência da Igreja em El Salvador é um dos exemplos mais ricos e desafiadores. Pequeno país com cerca de cinco milhões de habitantes, espremidos num território vulcânico um pouco menor que o estado de Sergipe, onde cerca de 36 famílias possuem 60% das melhores terras e controlam 50% da produção com voracidade insaciável e o povo sofre uma repressão diária e sistemática, principalmente depois de 1932 quando, numa só ocasião, dezenas de milhares de camponeses foram mortos. Os jornais informam das ações de grupos insurrecionais tomando embaixadas ou ministérios ou seqüestrando empresários, mas através das agências internacionais pouco

se sabe do extermínio permanente e das desapareições constantes de anônimos homens do povo nas cidadezinhas do interior ou nas áreas rurais. Todos os números do semanário *Orientación* da arquidiocese de San Salvador, trazem uma lista de mortos e desaparecidos daqueles dias e os comunicados repetidos e infatigáveis da Comissão dos Direitos Humanos, denunciando fatos que nunca serão apurados pelas autoridades. Assim, tomando, por exemplo, o número do dia 20 de janeiro, se informa ali que uma centena de policiais, acompanhados do grupo, de direita paramilitar, Ordem, invadiram vários povoados do norte, torturando e assassinando jovens de 11 a 18 anos, violando e matando um bom número de camponesas cujos nomes vem aumentar uma infundável lista de mártires do povo: Paca, Otilia, Eva, Maura, Fidelina, Alejandra... Semana após semana o mesmo se repete. E o país vai se acostumando, anestesiado diante de tanta dor. Dia 30 de janeiro o arcebispo Oscar Romero dizia, de Roma, pelo rádio, ao seu povo: "O maior perigo, diante de tanta violência, é que nos façamos insensíveis. Trato de pensar diante de Deus, que um só morto representa uma grande ofensa a Deus e que cada homem ou cada mulher que morre é como matar novamente a Jesus Cristo".

A partir de 1932 se sucedem ditaduras militares. Nas duas últimas eleições, venceu claramente a oposição, numa aliança que ia do partido democrata-cristão, de um pequeno partido social-democrata até o partido comunista. Mas uma escandalosa fraude acabou entregando o poder a generais despreparados. O último governo do general Carlos Romero foi um terrível exemplo de repressão e de desenfreada corrupção. As coisas chegaram então a tal ponto que o próprio Departamento de Estado norte-americano interveio, já preocupado com o que ocorrera na Nicarágua e, através de seu funcionário William Bowdler, incentivou jovens militares, políticos e universitários a mudar a situação. Um golpe, dia 15 de outubro, mandou todos os generais do país para o exílio, acusados de corrupção e colocou uma junta de governo constituída por dois jovens coronéis, um empresário, o reitor da Universidade Católica e um professor dessa mesma universidade, secretário-geral do partido social-democrata, com o apoio dos três partidos

* Este texto, resultado de uma viagem recente do autor a El Salvador, em função de seu trabalho de pesquisas no Centro João XXIII, busca recolher seu testemunho pessoal, logo confirmado pela leitura de *Orientación*, órgão da arquidiocese de San Salvador. As citações estão todas transcritas dos números desse semanário, de 18 de novembro a 3 de fevereiro, onde se publicam os sermões dominicais e as entrevistas do arcebispo. O trabalho foi preparado para um número especial de *Tempo e Presença*, dedicado ao tema fé e política, e é aqui reproduzido com a autorização do autor.

que participaram de eleições anteriores. Um programa de reformas foi proposto, mas essa junta, de curta duração no poder, pouco pôde fazer, imprensada entre um aparelho de repressão militar e paramilitar praticamente autônomo e que seguiu atuando da mesma maneira que antes e os vários grupos insurrecionais de esquerda que não acreditaram na abertura proposta. Continuaram as mortes e as violências e afinal, nos primeiros dias do ano, os membros civis da junta e do ministério renunciaram. Outra junta se formou, desta vez apenas com a participação do partido democrata-cristão, num ambiente cada vez mais tenso, com manifestações de rua que terminam com dezenas de mortos, novos seqüestros, invasões e assassinatos. Vai-se configurando um verdadeiro clima de guerra civil.

A Igreja Católica tem participado em todos esses acontecimentos. Nos últimos três anos vários sacerdotes e agentes de pastoral foram assassinados pelos grupos de extrema-direita. Os jesuítas, por seu trabalho na pastoral popular e na Universidade, foram ameaçados de morte caso não abandonassem o país, coisa a que, se recusaram. Nesse contexto foi crescendo a figura do arcebispo de San Salvador D. Oscar Romero. É, aliás, interessante ver seu itinerário pessoal. Quando foi nomeado para a capital, vindo de uma diocese do interior, provocou o desagrado de setores ligados à renovação pastoral, que teriam preferido D. Arturo Rivera Damas, até então bispo auxiliar e nesse momento de posição mais clara. Para alguns, D. Romero viria apoiar os militares e a oligarquia. Não conheciam aquele bispo de aparência tímida, traços firmes de homem do povo, voz pausada e com uma penetrante intuição e notável sensibilidade para ouvir e entender seu povo, grande coragem e decisão. Outros teriam discursos aparentemente mais bem articulados, de acordo com os figurinos universitários e as ideologias de esquerda em voga. Na verdade, dentro de pouco, ninguém conseguiria, com mais precisão e bom senso do que ele, expressar o que vivia seu povo. E aos poucos foi se transformando na "voz dos sem voz", na consciência crítica mais percussora do país.

Durante a reunião de Puebla o ouvimos contar como os fatos o foram levando a se definir, especialmente o sangue de tantos mortos, vários deles sacerdotes e especialmente o assassinato do padre Rutilio, que o marcou profundamente. E aquele bispo de fala mansa e aparentemente tranqüilo, foi alteando sua voz, o povo enchendo a catedral e aplaudindo seus sermões dominicais onde unia o comentário do evangelho com a denúncia dos fatos violentos que se iam sucedendo. Para a direita, ele traía sua missão espiritual, baixando para o contingente político. E ela deixava de freqüentar os templos da capital e ia buscar o conforto

e a compreensão do bispo de São Vicente, D. Pedro Arnaldo Aparício, até recentemente o presidente da comissão episcopal salvadorenha, tradicional em seu ministério e que, durante a reunião de Puebla, acusara os jesuítas centro-americanos de serem agentes da subversão. Num país dividido, uma Igreja dividida. Com imensa amargura mas controlada discricção, D. Romero se referiu no México à sua solidão no meio dos outros bispos. Dos seis, só tem ao seu lado Rivera Damas, que o sucedeu em sua antiga diocese; o seu próprio bispo auxiliar se une aos outros três em atitude pastoral quase oposta. Mas na consciéncia do país e da Igreja universal, ele expressa cada vez mais a realidade eclesial de seu povo, sua fé e suas esperanças.

Durante o governo anterior os fatos tinham a nitidez própria dos regimes de repressão aberta. Depois de 15 de outubro, de um lado a junta falava em reformas, e aí estavam cristãos bastantes conhecidos e de outro os grupos de esquerda, também com militantes cristãos, chamavam a continuar em atitude de rebelião. Estive em San Salvador no começo de novembro. Fui visitar D. Romero no antigo seminário de San José de La Montaña. Portas escancaradas, sem porteiro nem proteção, ali caminhava ele, pelos longos corredores, batina branca, atendendo cada grupo que chegava, com tranqüila atenção de quem tinha tempo para todos, insensível às ameaças de morte. Falei-lhe da importância de seu testemunho para toda a América Latina e de como o víamos como exemplo de pastor e de profeta. Perturbado com a confusão da nova conjuntura, perguntei-lhe à queima-roupa: "Como exercer a profecia agora, em meio a tanta ambigüidade?" Olhou-me fixamente com interesse e com expressão cansada de quem não tem um minuto de repouso: "Você pensa que eu também estou sendo ambíguo?" Respondi que não, dizendo que me referia à situação política do momento, que me inquietava muito. "Tudo o que tenho a fazer, me disse, é tentar interpretar meu povo e ser fiel a ele". Tão terrivelmente simples e difícil.

Através de suas homilias podemos ir descobrindo um pouco de seu esforço, resultado de muito escutar, meditar, sofrer e rezar. Ele não fica nos enunciados gerais, mas parte sempre dos fatos da semana, os descreve e comenta, em linguagem simples e direta. No sermão do dia 11 de novembro tratou de fazer o que chamou de "uma síntese de todas as minhas perspectivas": "Um bispo não é um politólogo, mas um pastor ... Quero dizer que minha perspectiva é pastoral e evangélica. Anunciar o Reino de Deus, aprovar o que está em sintonia com ele e denunciar o pecado... Tem sido meu trabalho manter a esperança de meu povo. Se há uma restiazinha de esperança, é meu dever alimentá-lo ... Meu julgamento não é político nem muito menos oportunista, a Igreja não

vive de conjunturas mas da grande utopia, mais além; por mais perfeito que seja um sistema político, a Igreja não se identifica com ele. Sempre o critica para que seja melhor e, por isso, a conjuntura atual não absorve a Igreja". É claro que aqui ele toma o termo político no sentido tradicional de político-partidário e não na acepção ampla da participação na vida pública. Nesse último sentido, D. Romero não tem cessado de realizar uma tarefa política da maior importância.

Mas ele não quer substituir o povo: "o povo deve ser o artífice de sua própria sociedade. Vocês têm de se dar à sociedade que vocês quiserem: democrática, socialista, comunista; são vocês, o povo. Por isso o que eu trato de fazer é um desafio à criatividade política do povo... A Igreja tem tido um papel supletivo, tem sido a voz dos que não têm voz, mas quando vocês já podem falar, são vocês que têm de falar e a Igreja se cala..."

Pouco antes relembrou a doutrina tradicional da Igreja sobre o direito de insurreição: "existe no povo, sempre que os meios pacíficos de negociação se tenham esgotado e quando o mal previsível não seja maior que o mal que se queira evitar". Naquele momento, com a nova junta, ele acredita entretanto que "se abre o diálogo... Eu chamaria a uma pressão política, social, para que estas promessas se façam realidade, mas de nenhuma maneira acredito que seria legítima neste momento uma insurreição sangrenta".

Mas o novo governo não conseguiu nem fazer cessar a repressão da direita nem se entender com a esquerda. Duas semanas depois o arcebispo advertia: "o novo governo não é responsável diretamente da captura e do desaparecimento dos presos políticos de regimes anteriores, mas é responsável diante do povo para dar resposta satisfatória sobre o que sucedeu com eles, e deve castigar os responsáveis pelas torturas, prisões ilegais etc."

Dia 16 de dezembro, tomou posição diante de um projeto governamental de reforma agrária. Denunciou a "escandalosa situação... de injusta e desproporcionada distribuição da terra". E advertiu o governo: "não crie no povo falsas esperanças. Se prometeram a reforma agrária, devem realizá-la, apesar das reações dessa minoria de 2.000 latifundiários... Não se deixem intimidar... nem subornar... não é que a Junta de Governo tenha direito de fazer a reforma agrária, ela tem obrigação de fazê-la". E lembrou: "também é importante que o atual governo não realize as reformas como um presente que dá ao povo para ganhar seu apoio. A reforma agrária é uma conquista que o povo mereceu com seu sangue derramado... A Junta não iniciou o processo, mas tem de se incorporar a um processo que o povo já realizava... A reforma

agrária não se deve fazer com a intenção de encontrar uma saída para o modelo capitalista... Também não se deve fazer para voltar a adormecer o camponês e impedir que ele siga se organizando e aumentando sua participação política, econômica e social”.

Naqueles dias um comando de esquerda matara membros paramilitares do grupo Ordem, responsáveis pela repressão. Ele declarou: “Em nome da Igreja, ela tem de repudiar não só os pecados da direita, mas também os da esquerda; e se é um pecado da direita querer manter a violência institucionalizada, que matou de fome tanta gente e marginalizou tantos outros, o que não se pode aceitar, pois daí precisamente derivam as outras violências, com igual razão tem de se opor a violências mesmo feitas sob o pretexto de reivindicar que o povo faça justiça por suas próprias mãos...”

Dia 6 de janeiro, no momento da renúncia dos civis da junta, lança inquieto a pergunta: “fechou-se de uma vez uma porta que se abriu? Já não haverá esperança?... quero reafirmar minha convicção, como homem de esperança, que virá um novo raio de salvação. O que tem que ser salvo, antes de tudo, é o processo de libertação de nosso povo”. E denuncia que forças militares, querendo vingar os mortos do grupo Ordem, assassinaram vários camponeses, cujos nomes lê no sermão, destruindo logo depois suas casas e plantações. Critica também o exército por uma “excessiva idolatria de si próprio”, quando deveria estar a serviço do povo. Aos grupos de esquerda, pede então para “medir suas estratégias e suas táticas no Serviço do bem comum, nunca pela vingança”. Pede também que não sejam tão dogmáticos e que se abram ao diálogo. Logo depois se dirige à oligarquia: “não me considero nem juiz nem inimigo. Sou apenas o pastor, o irmão, o amigo deste povo, que sabe de seus sofrimentos, de sua fome, de suas angústias e em nome destas vozes, levanto minha voz para dizer: não idolatrem suas riquezas”. E se refere à presença recente no país do arcebispo de Fortaleza: “O Cardeal Lorscheider me fez uma comparação muito pitoresca: há que saber tirar os anéis da mão, para não perder os dedos”. Sobre a renúncia dos ministros e membros civis da junta indica que ela era “uma negativa de seguir participando num projeto eticamente duvidoso, que antepõe a repressão do povo às reformas para resolver seus problemas”.

Um dos ministros que renunciou, o da Educação, jovem professor de filosofia da Universidade Católica, declarara à imprensa que perdera toda esperança nos caminhos políticos normais e que se integrava a partir daquele momento na luta insurrecional de um dos grupos clandestinos. Dia 9 de janeiro entrevistaram D. Ro-

mero a respeito dessa atitude. "Antes de mais nada, diante de uma pergunta tão difícil, eu diria que devemos respeitar a opção de cada homem, porque supomos que consultou sua consciência e, em consciência, cada um é responsável, diante de Deus, por seus atos. Mas desde um ponto de vista objetivo da moral cristã... a Igreja jamais poderá aconselhar os meios violentos, mesmo para mudanças estruturais, se realmente existirem meios pacíficos e se ainda se pode recorrer ao diálogo racional... Se ele (o ministro), desde seu posto de governo, experimentou como é difícil lutar contra um capital que não admite compromissos senão pela força e, além disso, foi colaborador de um governo em que o Exército jogou um grande papel para decidir se as coisas se fazem racionalmente ou pela força; se se tem tudo isso em conta, temos de convir que em nosso meio se corre o risco de que os homens percam a esperança nos meios pacíficos. Isso deve fazer pensar, tanto os militares quanto a oligarquia, que a causa de tantos males... está na injustiça social, apoiada sempre em nosso passado pela repressão do Estado. O povo tem sofrido muito e o povo talvez desespere encontrar outro caminho. Creio que estamos ainda em tempo de tirar uma lição... Queira o Senhor que escutemos a pequena margem de esperança que pode ficar." No sermão do domingo seguinte, dia 13, volta ao tema e completa: "Há, entretanto, uma coisa muito importante que, como cristãos, temos de comentar: temos realmente de condenar esta estrutura de pecado em que vivemos, esta podridão que pressiona lamentavelmente muitos homens a tomarem opções tão radicais e violentas. Os culpados são, precisamente, os que mantêm essas estruturas de injustiça social e que fazem perder a esperança de que se possa resolver as coisas de outro modo que pela violência..."

Nesse domingo e no seguinte, fala dos três projetos econômico-políticos do país. O primeiro é o "projeto oligárquico, que pretende empregar todo seu imenso poder econômico para impedir que se realizem reformas estruturais". E declara sem meias-palavras: "Em concreto, no que se refere ao primeiro projeto, o oligárquico, não posso aprovar, senão desautorizar... desautorizar a conduta daquelas pessoas que, para conservar seus privilégios e riquezas acumuladas e não compartilas fraternalmente com todos os salvadorenhos, estão afastando cada vez mais a possibilidade de resolver a crise estrutural de forma pacífica".

Sobre o projeto do novo governo, que se formara com militares e democrata-cristãos, diz que "apesar de ter prometido realizar reformas estruturais, até o momento, na prática, tem sido incapaz de aglutinar os setores e organizações populares e se tem dedicado mais em reprimir e massacrar indiscriminada e desproporcionadamente os camponeses e outros setores do povo". Lem-

bra também o juízo de membros do governo que renunciaram pouco antes, segundo os quais “se esgotaram as possibilidades para implantar soluções reformistas em aliança com a atual direção das forças armadas, hegemônica por elementos pró-oligarquia e sem contar com real participação popular”. Para esses funcionários, indica D. Romero, a solução seria “um regime democrático e de autêntica justiça social, tendo como elemento fundamental a participação do povo, de suas organizações populares e democráticas, para enfrentar realmente a oligarquia e seus aliados”.

O terceiro projeto seria o das organizações populares: “Projeto popular, que começou um processo de unidade e coordenação entre as diferentes organizações populares e político-militares, mas que deveria concretizar o convite a outros setores democráticos e progressistas, numa ampla unidade que realmente busque o bem comum do país e trate de evitar ao máximo a violência, a vingança e todas estas atividades que entendem ou intensificam o derramamento de sangue. Lembra com Puebla que a violência gera a violência e critica passos em falso que em nada beneficiam a credibilidade de organizações populares”, como o caso, naqueles dias, da ocupação da embaixada do Panamá. Indica que recebia com satisfação a notícia da criação de uma entidade coordenadora entre vários grupos políticos de esquerda: “Alegrame-me que por fim rompam com interesses sectários e partidários e queiram buscar uma unidade mais ampla. Sempre insistirei nisso. Não sejam fanáticos, nem todos estão organizados nem pensam como vocês”.

Relembra que não corresponde à Igreja se identificar com nenhum projeto, nem ser líder de um processo eminentemente político. O que ela tem a fazer, à luz do Evangelho, é “apoiar qualquer processo que beneficie o povo. Por essa razão é que minha voz, nos domingos anteriores, quando pedia para salvar o processo, não queria indicar outra coisa que apoiar as aspirações nobres do povo... Creio que o projeto de que o país necessita não é o que precisa das armas para se impor, mas o que realmente aglutine mais salvadoreños, porque é o que objetivamente representa os interesses das grandes maiorias”.

E então se dirige “a essa massa silenciosa que ainda está à margem, e não creiam que a estou empurrando para que se integre nas organizações que já existem. Entendam-me bem, não é isso que quero dizer. O que realmente quero dizer é que todos sejamos protagonistas do futuro, que analisemos com objetividade... que sejamos críticos...: que façamos em nós essa unidade tão necessária entre o cristão, que é fruto de um batismo que o

compromete com o Cristo e o fato de termos nascido neste país, o que nos compromete com ele”.

Ainda no sermão do dia 20 de janeiro faz um chamado para que não se chegue à guerra civil. Mas os fatos são cada vez mais trágicos. Vai lendo cartas e testemunhos que lhe chegam e mostram a violência diária, o sofrimento do povo. Não deixa de insistir que “dos humildes vem a luz”. E para ele, apesar de tudo, no meio de tanto sofrimento, o tempo litúrgico da Epifania “é um convite à alegria”. Conclui, convidando que peçam a Deus que conceda “serem fiéis e coerentes com a missão libertadora que Ele nos encomendou”.

A Universidade de Lovaina conferiu a D. Romero o título de “doutor honoris causa”. Aproveitou a ocasião para ir antes a Roma. Em entrevista pelo rádio, de 30 de janeiro, narrou sua conversa com o Cardeal Pironio: “quero dizer-te, indicou este, que o Cardeal Lorscheider esteve lá (em El Salvador) e a primeira coisa que fez foi vir a Roma e informar o Papa; se deu conta de tua situação e está plenamente de acordo com o que estás fazendo. Assim o Papa está mais informado e podes ficar satisfeito e seguir trabalhando. Sei que sofres muito...” Logo depois João Paulo II o recebia com muito afeto, dizendo-lhe: “conheço a grave situação de lá e sei que seu apostolado é muito difícil”. E abraçando-o disse que estava ao seu lado.

D. Romero voltou às pressas a San Salvador, para ser mediador em nova ocupação de uma embaixada, sentindo o apoio do Papa e de inúmeros grupos cristãos da Bélgica, da França e da Itália. Seu testemunho está adquirindo significado universal. Ele sabe que podem matá-lo a qualquer momento. Ameaçaram-no mais de uma vez. Sua resposta no sermão de 11 de novembro fora: “peço-lhes orações para ser fiel a esta promessa, de que não abandonarei meu povo, mas correrei com eles todos os riscos que exige meu ministério”.

Nos seus sermões não há receitas políticas. Não se substitui aos programas concretos das organizações populares e dos partidos. Mas não fica pairando por cima deles. Questiona e interroga, no coração mesmo da problemática concreta. Quando as táticas tendem a se enrijecer num certo maniqueísmo, colocações de horizontes mais amplos podem ajudar a vencer os sectarismos e as simplificações e dialetizam as práticas, levando-as ao debate e obrigando-as a uma revisão constante. E isso é necessário mesmo nos momentos mais decisivos e sobretudo neles. Quantos propósitos de libertação não se perverteram no meio do caminho por falta de questionamento e da discussão popular. Não é por acaso que, diante de tanta perplexidade no panorama mundial e de uma tre-

menda crise teórica e prática das esquerdas e dos modelos, depois da invasão do Vietnã pela China e do Afeganistão pela União Soviética, depois do genocídio no Camboja, líderes religiosos são escutados com interesse. No momento em que as receitas dos manuais se esvaziam, certas colocações ao nível ético e religioso ajudam a reabrir caminhos e chamam todos à participação e a novos experimentos sociais e políticos.

No pequeno El Salvador, quando o enfrentamento armado parece quase inevitável, também é um sacerdote quem vem lembrar os problemas e os sofrimentos concretos do povo, não para colocar meias-tintas ou para obter uma trégua que favoreça uma vez mais os poderosos, mas para falar em nome dos que estão morrendo e lembrar a todos os setores os difíceis caminhos da justiça. Não é a mediação de quem fica do lado de fora, mas de quem optou muito profundamente. E no momento em que a "opção preferencial pelos pobres" virou discurso oficial e está sendo cuidadosamente recuperada e interpretada pelos ricos, esse homenzinho incômodo e valente, oportuna e inoportunamente, vem lembrar que a Fé sempre tem algo a dizer lá no centro do engajamento político mais complexo. Não foi assim aliás, que sempre agiram os profetas? O futuro político do país é incerto. O custo humano da crise está sendo enorme. Nesse contexto a reflexão de Oscar Romero tem muito que ensinar. E testemunha um compromisso inarredável da Igreja com o povo na longa e sofrida caminhada da libertação.

NOTA COMPLEMENTAR (25-03-1980)

Este artigo foi preparado em fevereiro. Desde então, a situação política de El Salvador foi se deteriorando cada vez mais. D. Romero, em carta que enviou ao presidente Carter, dia 17 de fevereiro, indicava claramente: "é uma evidência que a junta e a democracia cristã não governam o país, já que o poder político está em mãos de militares sem escrúpulos, que não sabem fazer outra coisa que reprimir o povo e favorecer os interesses da oligarquia salvadorenha". Quando o arcebispo leu no sermão do mesmo dia esta seção da carta, foi interrompido por fortes aplausos da multidão que enchia a igreja.

Na mesma carta se referiu à informação de que cidadãos norte-americanos teriam introduzido no país grande quantidade de materiais para o uso dos aparelhos de repressão. Exigiu então a não-

-intervenção no país e pediu a proibição da ajuda militar ao governo.

No domingo seguinte, dia 24, voltou ao tema das ameaças: "Espero que este chamado da Igreja não endureça ainda mais o coração dos oligarcas, mas, pelo contrário, os mova à conversão. Compartam o que são e o que têm. Não *calem*, através da violência, os *que estamos* fazendo este convite, nem continuem *matando os que estamos* tratando de conseguir que haja uma distribuição mais justa do poder e das riquezas em nosso país. E falo na *primeira pessoa*, porque esta semana recebi um aviso de que estou na lista dos que serão eliminados na semana que vem. Mas conste que já ninguém pode matar a voz da justiça".

Ao mesmo tempo ia vendo com esperança a constituição de "uma aliança popular majoritária". E ao referir-se com interesse à plataforma de unidade lançada naqueles dias pelas organizações de esquerda, indicava a necessidade de dar uma contribuição "crítica e construtiva" à mesma.

Uma bomba destruiu totalmente as instalações da rádio da arquidiocese, que transmitia as homilias dominicais. Imediatamente uma outra rádio, da Costa Rica, mais potente, passou a difundir-las para toda a América Central. Um grande número de gravadores era levado para a igreja e reproduzia logo depois nas comunidades locais as palavras desassombradas do arcebispo. E a lista dos mortos e desaparecidos era sempre maior, de domingo a domingo, num longo cânon que ia incorporando os mártires do povo à oração da comunidade cristã.

A Ação Ecumênica Sueca conferiu a D. Romero o "Prêmio Paz 1980", entregue durante a missa do dia 9 de março, ao mesmo tempo que eram velados na igreja os corpos de um sociólogo salvadoreno e de sua esposa dinamarquesa: "entre os cadáveres e os que peregrinamos neste povo, entre a dor e os aplausos, recebo agradecido este impulso..." E se referiu à "inesperada presença dolorosa destes dois cadáveres queridos": "A voz da eternidade na presença da morte, aqui nestes dois ataúdes, é também palavra que estimula de uma perspectiva escatológica e eterna: a caminhada cristã é a verdadeira caminhada em direção à paz". E mais adiante, ao falar do compromisso da Igreja, o liga ao tema da morte, sempre presente nesse sermão: "Esta revelação (do Deus vivo), queridos irmãos, tem muita atualidade hoje, quando estamos tratando precisamente de apresentar uma religião que muitos criticam como se tivesse se afastado de sua espiritualidade. Ouvem-se tantas opiniões tolas e se escrevem tantas colunas insípidas nos jornais: 'Já ninguém vai à Igreja, porque se prega política e não religião'. Aqui tem a prova, nunca a Basílica esteve tão

cheia... Quando eu dizia à mãe dolorosa que está entre nós, dona Rosa, que o ambiente da Basílica talvez não fosse apropriado para seus mortos queridos, ela insistiu em trazê-los e aqui estão estes dois mortos, em meio ao aplauso do povo". Deus vivo, Igreja com promessa, presença dos mortos, idéias que se entrecruzam nesse domingo, como se preparasse a comunidade para o que viria poucos dias depois.

A repressão foi aumentando e no sermão do dia 23 de março D. Romero lança um grito de angústia: "Em nome de Deus, em nome deste povo sofrido cujos lamentos sobem ao céu cada dia, rogo-lhes, ordeno-lhes, parem com a repressão". No dia seguinte, à tarde, durante a celebração da missa, morre metralhado, selando com seu sangue a aliança que tinha feito com seu povo e com sua Igreja.

Mais um mártir, ele que tinha ido lendo a lista interminável de mártires. Um mártir com quem o povo tinha se identificado cada dia mais profundamente. Estava na lógica das forças repressivas que essa voz tinha de ser calada. Mas foi também um ato suicida dessas mesmas forças, pois essa voz não se calou, mas fica ainda mais presente nas consciências e na prática do povo de El Salvador.